

RUBEM AZEVEDO LIMA

Céu e inferno

Quem se der ao trabalho de conferir as cifras da economia nacional vai experimentar sérias decepções. Essa é a opinião de economistas que não querem o pior para o país, mas também não torcem pelo governo e põem a realidade acima das versões panglossianas do governismo. Segundo estas, após a crise de janeiro e dos três meses seguintes, durante os quais o Brasil esteve à beira da falência — na visão catastrofista do Banco Central, que viabilizou a ajuda aos bancos —, o país recuperou-se em maio e, apresenta, hoje, superávit comercial de US\$ 10,460 bilhões.

Para os cépticos, a história está mal contada. Tal superávit deve-se ao ingresso de US\$ 10,5 bilhões, parcela do socorro de US\$ 45,5 bilhões do FMI ao governo. Além disso, aproveitando a quebra do real, os adquirentes das estatais de telecomunicações quitaram antecipadamente, nessa moeda, suas dívidas em dólares.

Portanto, o notável saldo apresentado este mês terá de sofrer algumas deduções. Apesar disso, em meio à euforia da torcida governista, o país deu aos compradores da Vale do Rio Doce isenção, por dez

anos, de pagamento do ICMS no Pará. Esse favor jamais foi conferido à Vale, enquanto empresa do Estado.

Na crise de janeiro, sumiram — num passe de mágica desconhecida até por mister M, o desmistrificador dos mágicos, na TV Globo — cerca de US\$ 45 bilhões das reservas cambiais do país. Dos quais US\$ 25 bilhões eram de empresas ou pessoas físicas brasileiras, que, mediante as contas CC-5, foram para o exterior. O restante foi absorvido pela especulação cambial, responsável pelos ganhos dos grupos Citibank, Morgan, Merrill Lynch, Boston Bank, Opportunity, Bozano, Safra e outros mais. Tudo, aparentemente, estaria bem no país, não fora um problema perturbador: embora superem as importações, as exportações brasileiras, em geral, continuam baixas e dificilmente subirão a curto e médio prazos.

A crise social aprofunda-se, mas, nos grandes grupos bancários, os lucros líquidos subiram trinta vezes, de US\$ 64 milhões, no trimestre anterior, para US\$ 1,9 bilhão, no crítico (?) primeiro trimestre de 1999. Pois graças à existência de brechas legais ou a incentivos do

governo, segundo a *Folha de S. Paulo*, 114 bancos pagaram de imposto de renda, em média, apenas 3,1% de suas receitas, e 144 empresas recolheram só 13,5% de seus lucros. Mas o assalariado, com renda mensal acima de R\$ 1.800, pagou 25% de IR, e mais o adicional de 2,5%. Há, portanto, duas bombas de sucção na economia nacional: a dos credores externos, que recebem, este ano, cerca de US\$ 60 bilhões em juros e serviços da dívida; e a dos bancos, que elevam incrivelmente a concentração de renda no país.

Enquanto isso o governo desemprega, corta proventos de aposentados, tenta dificultar aposentadorias, congela salários dos funcionários, aumenta o mínimo apenas em R\$ 6 e trata os anistiados pela Constituição de 88 como inimigos públicos, não como seres humanos que perderam o emprego e foram proibidos de trabalhar pelo regime de 1964. Na ordem social dos novos tempos, o Brasil é o céu dadivoso e paradisíaco do capitalismo em que vivem os ricos. Para os pobres, é o inferno do neoliberalismo, com mais de nove círculos de injustiças e padecimentos, nos quais eles nascem, vegetam e morrem.